



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

**PARECER JURÍDICO**

**Interessada: Comissão de Licitação.**  
**Ref.: Tomada de Preços nº 2.2023-00014**  
**Assunto: Parecer Final.**

**EMENTA: PARECER JURÍDICO FINAL. TOMADA DE PREÇO Nº2.2023-00014. CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE VOLEY E CAMPO SOCIETY. OPINIÃO PELA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer final, referente à legalidade de realização do Processo Licitatório objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA QUADRA DE VOLEY E DO CAMPO SOCIETY**, em conformidade com o projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo.

Vieram os autos para análise final de legalidade para fins de Adjudicação do Processo Licitatório, após a realização de todas as fases que competiam legalmente, restando à adjudicação do processo e sua homologação cabível a autoridade competente.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

**DA FUNDAMENTAÇÃO**

Ressalta-se, inicialmente, que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Cumprido destacar que cabe a esta Assessoria Jurídica se ater apenas ao prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa, tampouco a análise de quantitativos e aos valores estabelecidos pelos licitantes no processo licitatório. A apreciação jurídica se dá, portanto, tão somente às questões de legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico.

O aviso da licitação foi devidamente publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação. Observa-se também que a exigência, constante no artigo 21, da Lei 8.666 de 1993, quanto ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame foi obedecida.

Conforme **ATA DE SESSÃO DE HABILITAÇÃO**, realizada em **13/11/2023** compareceram as licitantes: **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.** neste ato representada por Fagner Luan Pereira da Silva.

Assim sendo, após a análise de todas as documentações juntadas aos autos do processo licitatório pela licitante, assim como em vinculação ao instrumento convocatório, e a legislação aplicável a matéria, a CPL – Comissão Permanente de Licitação concluiu como **habilitada** a licitante, **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.**



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

Ademais, conforme consignado em **ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO**, concluída a abertura dos envelopes de propostas, constatou-se que a participante **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.**, apresentou a proposta em seu menor preço, com valor total do item 00001 em, **R\$ 512.206,56 (quinhentos e doze mil, duzentos e seis reais e cinquenta e seis centavos)**.

Destarte, conforme parecer técnico, apresentado pela equipe de engenharia, constatou-se que a proposta (menor preço), **referente ao item 00001**, apresentada pela empresa **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.**, encontra-se em conformidade com as condições estabelecidas pelo instrumento convocatório.

Sendo assim, a empresa **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.**, **deve ser declarada como vencedora, por ter apresentado a proposta mais vantajosa, para a administração.**

Logo, considerando que a lei de licitações aponta como vencedor do certame aquele que apresentar proposta de acordo com as especificações do edital, o que foi atendido pela licitante, a partir da tramitação ocorrida, **OPINAMOS** que o presente processo está apto a ser devidamente **ADJUDICADO** na forma da lei, sagrando vencedora do certame a empresa **TENDÊNCIA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.**

Pelo discorrido acima, tem-se que o presente Processo Licitatório analisado atendeu a todos os requisitos para sua validade, previstos na Lei 8.666/93, segundo demonstram os documentos constantes neste processo. Assim, não se constata óbices jurídicos quanto a sua adjudicação e posterior homologação.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

**DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, e pela análise da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela aprovação dos trâmites e fases realizadas no presente processo licitatório analisado, que estão de acordo com os parâmetros definidos na Lei de Licitações, pelo que se **OPINA** que a CPL proceda à Adjudicação e encaminhamento posterior à autoridade competente para homologação do certame, haja vista, a priori não se vislumbrar quaisquer óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório.

É o parecer;

S. M. J.

Ipixuna do Pará, 17 de novembro de 2023.

---

**AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**  
**OAB/PA 13650**